CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ N° 08.629.553/0001-10
NIRE N° 42 3 0003641-2
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC –88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Central Eólica Mundaú S.A. ("Mundaú" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Mundaú, com potência instalada de 30,0 MW e capacidade comercial de 10,8 MW médios, e está em operação comercial desde abril de 2014. A Usina está localizada no município de Trairi, estado do Ceará (CE).

Mundaú não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A., que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social de Mundaú pertence à Energias Eólicas do Nordeste S.A. (EEN), uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., que por sua vez é uma controlada da ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta praticamente compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta de Mundaú alcançou 95,2 GWh, 16,9% superior aos 81,5 GWh gerados em 2020. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 93,1%, 3,7 p.p. inferior à verificado em 2020, que foi de 96,7%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2021	2020	Variação %
Receita operacional líquida	25.807	25.921	(0,4)
Lucro bruto	13.957	14.722	(5,2)
Margem bruta	54,1%	56,8%	(2,7 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	13.794	14.578	(5,4)
Ebitda (Lajida)	18.902	19.683	(4,0)
Margem Ebitda (Lajida)	73,2%	75,9%	(2,7 p.p.)
Resultado financeiro	(3.311)	(4.341)	(23,7)
Lucro líquido do exercício	9.456	9.252	2,2

Comentário sobre as principais variações

A redução apresentada no Ebitda deve-se, principalmente, pelo reajuste no preço do contrato de operação e manutenção da Usina. Adicionalmente, observa-se aumento no lucro líquido, substancialmente, pela menor despesa financeira, proveniente do pagamento do financiamento, em 2021.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a todos seus fornecedores, parceiros, acionistas, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que participaram do desenvolvimento desse projeto ao longo do ano de 2021.

A Administração

CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.
CNPJ n° 08.629.553/0001-10 | NIRE n° 42 3 0003641-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.630	9.712
Contas a receber de clientes	5	2.208	2.253
Outros ativos circulantes		324	318
		19.162	**12.283**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	-	10.851
Outros ativos não circulantes		55	128
		55	**10.979**
Imobilizado	**7**	**94.107**	**98.589**
Intangível		**649**	**683**
Direito de uso de arrendamento	**10**	**3.198**	**3.181**
		98.009	**113.432**
TOTAL		**117.171**	**125.715**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.
CNPJ n° 08.629.553/0001-10 | NIRE n° 42 3 0003641-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		289	270
Financiamento	9	-	6.002
Dividendos	11	898	879
Arrendamentos a pagar	10	366	347
Outros passivos circulantes		515	403
		2.068	**7.901**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	9	-	44.366
Provisão para desmobilização	7	8.389	7.562
Arrendamentos a pagar	10	3.111	3.038
Outros passivos não circulantes		473	406
		11.973	**55.372**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**11**		
Capital social		92.168	52.128
Reserva de lucros		2.877	2.404
Dividendos adicionais propostos		8.085	7.910
		103.130	**62.442**
TOTAL		**117.171**	**125.715**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.
CNPJ n° 08.629.553/0001-10 | NIRE n° 42 3 0003641-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**12**	**25.807**	**25.921**
CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA			
Depreciação e amortização	7	(5.108)	(5.105)
Serviços de terceiros		(4.321)	(3.943)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(1.000)	(930)
Pessoal		(646)	(563)
Materiais		(233)	(129)
Outros		(542)	(529)
		(11.850)	**(11.199)**
LUCRO BRUTO		**13.957**	**14.722**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(165)	(167)
Outras receitas operacionais, líquidas		2	23
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**13.794**	**14.578**
Receitas (despesas) financeiras			
Renda de aplicações financeiras		434	273
Juros sobre depósitos vinculados e judiciais		209	221
Juros e variação monetária sobre financiamento	9	(2.619)	(3.859)
Juros sobre arrendamentos	10	(353)	(345)
Outras despesas financeiras, líquidas		(982)	(631)
		(3.311)	**(4.341)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**10.483**	**10.237**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	13	(1.027)	(985)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**9.456**	**9.252**
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		**0,10**	**0,18**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**9.456**	**9.252**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**9.456**	**9.252**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.
CNPJ n° 08.629.553/0001-10 | NIRE n° 42 3 0003641-2
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PARIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2019		**52.128**	**1.941**	**5.604**	**-**	**59.673**
Dividendos aprovados em AGO		-	-	(5.604)	-	(5.604)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.252	9.252
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	463	-	(463)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(879)	(879)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	7.910	(7.910)	-
Saldos em 31.12.2020	**11**	**52.128**	**2.404**	**7.910**	**-**	**62.442**
Aumento de capital		40.040	-	-	-	40.040
Dividendos aprovados em AGO		-	-	(7.910)	-	(7.910)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.456	9.456
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	473	-	(473)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(898)	(898)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	8.085	(8.085)	-
Saldos em 31.12.2021	**11**	**92.168**	**2.877**	**8.085**	**-**	**103.130**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.
CNPJ n° 08.629.553/0001-10 | NIRE n° 42 3 0003641-2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**10.483**	**10.237**
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	5.108	5.105
Juros e variação monetária sobre financiamento	2.619	3.859
Juros sobre depósitos vinculados e judiciais	(209)	(221)
Juros sobre arrendamentos	353	345
Outros	928	538
Lucro antes dos tributos ajustado	**19.282**	**19.863**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	45	(220)
Outros ativos	(27)	(87)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	19	(23)
Outros passivos	10	(25)
Caixa gerado pelas operações	**19.329**	**19.508**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(864)	(839)
Pagamento de juros sobre financiamento	(2.080)	(3.878)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**16.385**	**14.791**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(433)	(76)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(433)**	**(76)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	40.040	-
Dividendos pagos	(8.789)	(6.227)
Financiamento pago	(50.907)	(5.861)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	11.060	(2.121)
Arrendamentos pagos	(438)	(394)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(9.034)**	**(14.603)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**6.918**	**112**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	9.712	9.600
Saldo final	16.630	9.712
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**6.918**	**112**
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa		
Fornecedores de imobilizado	-	54
Compensação de imposto de renda e contribuição social	113	104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL EÓLICA MUNDAÚ S.A.
CNPJ n° 08.629.553/0001-10 | NIRE n° 42 3 0003641-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Mundaú S.A. ("Mundaú" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 27.11.2006, com prazo de duração indeterminado, e tem como objeto social gerar energia elétrica de fonte eólica, podendo negociar créditos de carbono decorrentes dessa atividade, e a participação em outras sociedades, sejam simples ou empresárias, como sócia, acionista ou em consórcios.

Em 01.04.2014, a Aneel autorizou a entrada em operação comercial da Central Eólica Mundaú ("Usina"), localizada no município de Trairi (CE), com capacidade instalada de 30 MW e capacidade comercial de 10,8 MW médios.

A Mundaú possui participação de 14,11% e 7,06% nos consórcios Trairí e Faísa-Trairí, respectivamente. O Consórcio Trairí construiu a subestação Trairí e as linhas de conexão das usinas à esta subestação. Já o Consórcio Faísa-Trairí foi o responsável pela construção das linhas de transmissão à subestação Pecém (CE).

A Companhia não tem empregados e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 28.03.2022.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, no período em que o imobilizado estava em construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Direito de uso de arrendamento

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

e) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo lucro presumido, de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

g) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

i) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação nos Consórcios Trairí e Faísa-Trairi são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, na proporção de sua participação, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

l) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição de vida útil do ativo imobilizado.

m) Novas normas, alterações e interpretações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data publicação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 11 – Contratos de seguro, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	IFRS 9, 16 e 17	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18 Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	IFRS 16	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

n) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data publicação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19				
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	*Annual Improvements to IFRS Standards 2018-2020; Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts – Costs of Fulfilling a contract*; e *Reference to the Conceptual Framework*	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50				
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	55	139
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	16.575	9.573
	16.630	**9.712**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Referem-se a valores vincendos a receber da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC"). A totalidade da energia gerada é vendida para a EBC que, por sua vez, comercializa esta energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), em contratos de curto e longo prazo. Os valores faturados mensalmente são recebidos em uma única parcela em 10 dias após o mês de competência do faturamento. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2021, a Companhia realizou o saque relativo as garantias vinculadas ao contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), devido ao pagamento antecipado do financiamento.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2021			31.12.2020
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	3,30%	2.628	(656)	1.972	2.060
Móveis e utensílios	6,30%	1	-	1	-
Máquinas e equipamentos	3,60%	132.964	(41.179)	91.785	96.498
		135.593	**(41.835)**	**93.758**	**98.558**
Em curso		**349**	**-**	**349**	**31**
		135.942	**(41.835)**	**94.107**	**98.589**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	**2.194**	**101.163**	**-**	**129**	**103.486**
Ingressos	-	-	-	22	22
Transferências	(46)	166	-	(120)	-
Depreciação	(88)	(4.831)	-	-	(4.919)
Saldos em 31.12.2020	**2.060**	**96.498**	**-**	**31**	**98.589**
Ingressos	-	-	-	433	433
Transferências	-	114	1	(115)	-
Depreciação	(88)	(4.827)	-	-	(4.915)
Saldos em 31.12.2021	**1.972**	**91.785**	**1**	**349**	**94.107**

b.1) Ingresso - Provisão para desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

c) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora de autorização para exploração da Central Eólica Mundaú pelo prazo de 30 anos, a contar da data de 20.09.2011.

NOTA 8 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC"), controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	16.575	9.573
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	55	139
Contas a receber de clientes	2.208	2.253
Depósitos vinculados	-	10.851
	18.838	**22.816**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	289	270
Financiamento	-	50.368
	289	**50.638**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 9 - FINANCIAMENTO

Em julho de 2021, a Companhia realizou o pagamento antecipado do financiamento com o BNDES, no valor total de R$ 52.987, deste montante, R$ 50.907 referia-se a principal e R$ 2.080 a juros e comissões. O vencimento original era maio de 2029.

a) Mutação do financiamento

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	**6.032**	**50.216**	**56.248**
Juros e variação monetária	3.859	-	3.859
Transferências	5.850	(5.850)	-
Amortização do principal	(5.861)	-	(5.861)
Pagamento dos juros	(3.878)	-	(3.878)
Saldos em 31.12.2020	**6.002**	**44.366**	**50.368**
Juros e variação monetária	2.619	-	2.619
Custo de captação	-	(599)	(599)
Transferências	43.767	(43.767)	-
Amortização do principal	(50.308)	-	(50.308)
Pagamento dos juros	(2.080)	-	(2.080)
Saldos em 31.12.2021	**-**	**-**	**-**

NOTA 10 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contrato de arrendamento do terreno no qual está instalado seu parque eólico, cuja vigência é até 2032.

a) Direito de uso de arrendamento

Saldos em 31.12.2019	**3.458**
Remensuração	(124)
Depreciação	(153)
Saldos em 31.12.2020	**3.181**
Remensuração	177
Depreciação	(160)
Saldos em 31.12.2021	**3.198**

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	**364**	**3.194**	**3.558**
Juros	345	-	345
Remensuração	(13)	(111)	(124)
Reclassificação	45	(45)	-
Amortizações	(394)	-	(394)
Saldos em 31.12.2020	**347**	**3.038**	**3.385**
Juros	353	-	353
Remensuração	15	162	177
Reclassificação	89	(89)	-
Amortizações	(438)	-	(438)
Saldos em 31.12.2021	**366**	**3.111**	**3.477**

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente foi de 10,4% e representa a taxa incremental de financiamento.

c) Vencimentos dos arrendamentos a pagar apresentados no passivo não circulante

	31.12.2021
2023	343
2024	311
2025	282
2026	255
2027	231
2028 a 2032	1.689
Arrendamentos a pagar	**3.111**

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Durante o ano de 2021, o capital social da Companhia aumentou em R$ 40.040, passando de R$ 52.128 em 31.12.2020 para R$ 92.168 em 31.12.2021, representado por 92.167.591 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 92.167.590 pertencem à controladora Energias Eólicas do Nordeste S.A. ("EEN") e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia S.A. A EEN é controlada pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP"), que, por sua vez, é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reservas de lucros e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 10% do lucro líquido ajustado.

c) Dividendos adicionais propostos

A Companhia está propondo a distribuição de dividendos adicionais no montante de R$ 8.085 (R$ 7.910 em 2020).

NOTA 12 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda ("EBC")	26.785	26.903
	26.785	**26.903**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(978)	(982)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**25.807**	**25.921**

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	31.12.2021		31.12.2020	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Receita operacional bruta	26.785	26.785	26.903	26.903
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	**2.143**	**3.214**	**2.152**	**3.228**
Receita financeira	662	662	507	507
Outras receitas operacionais	2	2	23	23
Base de cálculo	**2.807**	**3.878**	**2.682**	**3.758**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(702)**	**(349)**	**(671)**	**(338)**
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	**(678)**	**(349)**	**(647)**	**(338)**

NOTA 14 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção de máquinas com a empresa Siemens Wind Power Energia Eólica Ltda. No ano de 2020, a Companhia assinou um contrato contemplando manutenção preventiva, vigente até setembro de 2033. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, é de R$ 37.917 (R$ 37.215 em 31.12.2020).

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com vigência até a data de extinção da autorização da unidade geradora da Companhia ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2021, os compromissos futuros eram de R$ 19.709 (R$ 18.247 em 31.12.2020).

NOTA 15 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Trairi participa da referida apólice, sendo cobertos danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R$ 1.185.064 e R$ 201.681, respectivamente. A vigência do seguro vai até 31.05.2022.

NOTA 16 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Contrato de venda de energia elétrica

A Companhia possui 12,1 MW médios de energia contratados com a ENGIE Brasil Comercializadora, empresa controlada pela ENGIE Brasil Energia, pelo prazo de 20 anos. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do IPCA. O compromisso futuro, na data base 31.12.2021, é de R$ 291.393 (R$ 324.424 em 31.12.2020).

b) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2018, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da Central Eólica Mundaú S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Diretor Administrativo e Financeiro

Sergio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
CRC SC 034594/O-0